

ENTRE A LITERATURA E A HISTÓRIA: A APROPRIAÇÃO DA GUERRA DO PARAGUAI NAS CRÔNICAS DE ÂNGELO DOURADO NO *JORNAL ECHO DO SUL*

MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA *

RESUMO: O presente artigo aborda a apropriação simbólica da Guerra do Paraguai na construção discursiva do ideário federalista, em uma tentativa de associar os eventos do conflito sul-americano à situação política do Brasil em geral, e do Rio Grande do Sul em particular, de fins do século XIX, através da análise das crônicas de Ângelo Dourado no jornal rio-grandino *Echo do Sul*, publicadas no ano de 1899, sob o viés da História da Literatura.

PALAVRAS-CHAVE: História da Literatura; crônicas; Guerra do Paraguai, Revolução Federalista.

ABSTRACT: This article discusses the symbolic appropriation of the Guerra do Paraguai in the discursive construction of the federalist ideals, trying to associate the events of the South American conflict to the political situation of Brazil in general and Rio Grande do Sul, in particular, of the late nineteenth century, through the analysis of the records of Ângelo Dourado in the *Echo do Sul* newspaper, published in 1899, under the History of Literature.

KEYWORDS: History of Literature; chronic; Guerra do Paraguai; Revolução Federalista.

A Literatura e a História mantêm, ao longo de seu desenvolvimento enquanto campos autônomos do conhecimento, transformação e (re)criação da realidade, diálogos mais ou menos constantes, ora aproximando-se ora distanciando-se. Em

* Doutorando em História da Literatura pelo PPGL/FURG. Contato: oliveira.marcelo@live.com

comum, ambas têm na narrativa sua forma básica de construção e apresentação, entretanto, a História, tão ciosa de sua pretensa *cientificidade* (sobretudo após o século XIX), busca distanciar-se da literalidade. De fato, o debate se História é ciência ou literatura persiste ainda na contemporaneidade, longe de estabelecer um consenso quanto à natureza plena de uma ou outra. Apesar de fascinante do ponto de vista da Teoria da História, esse debate não se constitui em objetivo do presente artigo, uma vez que consideramos mais relevantes destacar o diálogo, as aproximações, o entrecruzamento e a transdisciplinariedade entre História e Literatura e Literatura e História.

A Literatura tem fornecido material abundante para a construção do conhecimento histórico, onde o historiador analisa os diferentes tipos de produções literárias. Porém, ela não é um todo homogêneo: existem discussões na Teoria da Literatura, e na própria Teoria da História da Literatura, sobre o que compõe (ou compuseram, no decorrer do tempo) sua área. Grosso modo, a divisão entre os diferentes períodos (arcadismo, romantismo, realismo, modernismo etc.) tem sido utilizada como método de organizar as diferentes literaturas produzidas pelas sociedades, em especial no caso brasileiro, onde a maioria dos autores assim construiu suas histórias da Literatura.

Entre os gêneros “maiores”, a poesia e a prosa destacam-se, e dentro da prosa, um campo que merece nossa análise mais apurada é o de um gênero oriundo da prosa, mas que ainda hoje é difícil de conceituar plena e definitivamente, dadas as suas peculiaridades: a crônica. Apesar de alguns autores identificarem características comuns à crônica em diferentes textos na própria História (como até mesmo a carta de Pero Vaz de Caminha), a crônica enquanto gênero literário mais delineado surgiu no século XIX e era, basicamente, um texto autoral, com aspectos que a distinguiam do texto jornalístico típico. Dentre suas principais características que podemos apontar enquanto constituintes, em linhas gerais são: o caráter opinativo, a autoria identificada (seja através do nome verdadeiro do seu autor ou através de um pseudônimo), a temporalidade explorada, o juízo de valor e as manifestações ideológicas sobre os assuntos aos quais abordam, o

uso de expressões alegóricas e os textos seriados em espaços mais ou menos uniformes, publicados com determinada regularidade em um veículo.

No Rio Grande do Sul, a crônica surge e se estabelece no século XIX, situando-se no âmbito da Literatura, no período entre o final do Romantismo e o início do Realismo, e não raro congrega aspectos comuns a estas duas escolas. Conforme Moreira,

Entre 1870 e 1920, quando, no plano histórico, registra-se o fenômeno que Joseph Love denomina *regionalismo gaúcho*, outra manifestação de caráter regionalista marcaria o quadro cultural rio-grandense, definindo o *regionalismo literário*. A eclosão desse segundo regionalismo – o literário – não deve ser entendida como uma oposição ou uma excludência do primeiro, mas como uma manifestação simultânea e com profundas raízes de ordem histórica. As condições para o aparecimento e conformação do regionalismo literário esclarecem-se quando se retomam, ainda que rapidamente, as características culturais vividas pela província rio-grandense, nos anos iniciais do século XIX. Tais condições, ao mesmo tempo que singularizam a região, quando comparadas às outras da nação, marcam a base da cultura rio-grandense e, em especial, de sua literatura (MOREIRA, 1993:131).

Os escritores gaúchos de então, ainda que alinhados com os princípios de estética romântica, “voltam-se para a exploração do espaço regional para dele tirar o material para a elaboração literária” (MOREIRA, 1993:133). Mas não só a produção, como também a crítica literária sulina segue igual percurso. Assim, afirma Baumgarten que:

A valorização do local, sem dúvida um dos alicerces da crítica romântica brasileira, é encampada pelo ensaio crítico sulino. Debruçando-se sobre a realidade que conheciam – o Rio Grande do Sul, seu homem e seu cenário – os críticos gaúchos inscrevem a Província no âmbito das reflexões teórico-críticas do Romantismo (BAUMGARTEN, 1993:125).

Produz-se, então, uma visão mítico-ufanista do gaúcho, herança do pensamento romântico segundo Baumgarten, que contrapõe uma dupla natureza no que diz respeito à

produção literária regionalista: se, de um lado manifesta o desejo de afirmação do Rio Grande no conjunto da nação brasileira, de outro evidencia a associação desta produção enquanto literatura autônoma (BAUMGARTEN, 1993:126-128).

O Romantismo, de acordo com Bosi (2012:95), traz temas como o amor, a pátria, a natureza, a religião, o povo e o passado como constituintes dessa estética, ainda que também estes temas possam ser verificados em praticamente todos os movimentos literários, e o que os distingue enquanto características inerentes são justamente quando postos em situação, tematizados e lidos como estruturas estéticas. Citando Karl Mannheim, o autor afirma que “o romantismo expressa os sentimentos dos descontentes com as novas estruturas” do seu tempo (BOSI, 2012:95). Neste contexto, e especificamente nos jornais, a crônica aparecia como um entrelaçamento reflexivo (e ao mesmo tempo literário) do seu tempo, e um dos primeiros cronistas a externar estas características foi o médico, político, intelectual e escritor Ângelo Dourado, nas páginas do diário rio-grandino *Echo do Sul*.¹ A literatura teve historicamente um importante espaço nas páginas dos jornais e não seria diferente no *Echo* que publicava diversificadas manifestações literárias, dando vez e voz a muitos dos autores gaúchos que não teriam tantas oportunidades de levar a público seus escritos, numa época em que a tônica discursiva dos jornais em geral, e do *Echo* em especial, era a político-partidária, não sendo possível dissociar, na maioria das vezes, manifestações literárias de posicionamentos políticos.

1 O jornal *Echo do Sul* foi um dos mais destacados jornais do Rio Grande durante o século XIX e constituiu-se, segundo Alves, em uma “das mais longevas publicações sul-rio-grandenses, tendo durado desde o final da década de cinquenta do século XIX até os anos trinta do século seguinte” (ALVES, 2002:271). Foi, também, um dos mais ferrenhos opositoristas ao castilhismo-borgismo em fins do século XIX e princípios do século XX.

A Guerra do Paraguai, a República e a crônica de Ângelo Dourado

Para analisar a relação entre estes três aspectos aparentemente distintos, precisamos recuar brevemente no tempo. A implantação da República, no caso específico do Rio Grande do Sul, possibilitou um rearranjo no poder, destituindo os liberais comandados por Gaspar Silveira Martins do comando do agora Estado, e promovendo a ascensão de Júlio de Castilhos e o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) ao centro do poder. As oposições, formadas tanto por liberais, como por conservadores, monarquistas e até mesmo republicanos dissidentes, organizaram-se em torno do Partido Federalista para combater o castilhismo, e essa disputa acabou dando origem a Revolução Federalista. A guerra, propriamente dita, durou de 1893 a 1895, mas a “trincheira discursiva” se estendeu por longos anos, com batalhas por meio de palavras sendo travadas através da imprensa por defensores e acusadores de ambos os lados. Uma destas “trincheiras”, identificada com o lado federalista, estava estabelecida justamente nas páginas do jornal *Echo do Sul*, e um de seus mais ferrenhos combatentes era Ângelo Dourado.

Ângelo Dourado foi uma das mais proeminentes figuras ligadas às oposições sul-rio-grandenses daquele fim do século XIX e início do século XX, tendo sido um dos fundadores do Partido Federalista e tomado partido durante a Revolução Federalista (1893-1895), na qualidade de coronel-médico das forças do general maragato Gumercindo Saraiva. Escreveu, durante o conflito, uma das mais célebres obras² de caráter testemunhal da guerra, o livro *Voluntários do Martírio*, publicado pela Livraria Americana em 1896. Terminada a Revolução Federalista, o escritor continuou de forma sistemática e ferrenha sua oposição ao castilhismo através de seus escritos de natureza política, principalmente por meio de suas manifestações na imprensa. Sua escrita autoral o situa na zona limítrofe entre o cotidiano, o ontem e o porvir,

² Sobre a importância de *Voluntários do Martírio* na construção da historiografia sobre a Revolução Federalista, ver OLIVEIRA, 2009.

entrelaçando na sua narrativa os três tempos e um só: o seu. Traços de literalidade são conjugados com narrativa factual e ensaios de reflexão, essencialmente críticos, que entregam ao leitor sua visão de mundo e suas convicções político-ideológicas. Ao todo, foram dez anos (de 1895 até sua morte, em 1905) de produção textual, em sua maioria crônicas, em que o escritor federalista utilizava do espaço como tribuna para defender seus ideais e atacar seus inimigos. Para este artigo, vamos nos ater a um recorte muito específico, a saber, uma amostragem dentro do universo da série de 20 crônicas intituladas *Alerta*, publicadas no *Echo do Sul* entre os meses de janeiro a março de 1899, cuja temática girava em torno da Guerra do Paraguai de maneira explícita, mas dialogava intimamente com a situação da república do período.

A Guerra do Paraguai influenciou nos rumos do império nos aspectos econômico, social e político, colaborando para o colapso do regime em 1889. Temos, a partir dela, um cenário de formação do Exército, em seu sentido de maior organização e profissionalização, bem como de seu fortalecimento institucional e, como uma das consequências, surge aquilo que podemos chamar de uma tomada de “consciência de classe” da entidade. No plano regional, especificamente no Rio Grande do Sul, significou o enfraquecimento da forma de organização miliciana tradicional, formada pelas guerrilhas que tradicionalmente foram vitoriosas nas campanhas de intervenção e guerras no espaço platino, baseada nas estratégias táticas de ataques rápidos e cooptação política, tirando vantagem inclusive das divisões intestinais dos caudilhos da região argentina e uruguaia.

A propaganda vigente no Brasil em relação à Guerra do Paraguai tratava Solano Lopez como um “tirano” ou um “arremedo de Napoleão”, e esse discurso foi dominante na descrição e apropriação daquele evento. Outro ponto a ser destacado na formação de um tipo de caracterização construída no maniqueísmo do conflito, é a criação simbólica a partir dos chamados “Voluntários da Pátria”, que engrossaram as fileiras do exército brasileiro como sendo aqueles abnegados e heroicos patriotas na luta pela liberdade e contra a tirania personificada em Lopez. Ecos deste discurso, tanto de ligação do líder inimigo

a termos como “ditador” e “tirano”, quando dos brasileiros como “abnegados” e “heróis” da pátria, sobreviveram aos tempos da guerra e foram apropriados pela escrita de Dourado, tentando ilustrar a análise de sua contemporaneidade com os exemplos, para eles muito similares, entre aquele passado e o seu presente.

Na primeira crônica sobre a temática, ainda sem citar textualmente a Guerra do Paraguai, faz menção indireta aos “Voluntários da Pátria”:

As leis de Sólon condenavam à morte a todo grego que nas guerras civis se conservavam neutros ou indiferentes. Esta condenação, que à primeira vista parece um ato de crueldade, perde esse caráter desde o momento em que se compreenda que as guerras civis são sempre a resultante da opressão, da espoliação da fortuna pública, da confiscação dos direitos dos indivíduos, mais irrita, ainda, quando a esses indivíduos se dá o espetaculoso título de cidadão.

[...]

As guerras civis que encontram uma parte da população “indiferente” ou “neutra” se prolongam e se eternizam até aniquilar o todo; ao passo que cada qual tomando a parte que lhe compete, elas podem ser medonhas, mas são rápidas, são uma ferida aguda que rapidamente se cicatriza.

[...]

Nas modernas democracias, piores que as autocracias, os homens apenas olham o seu quatriênio ou lustro de governo. Fazem pela vida, plantam ódios, firmam partidos pela força, e conservam o ânimo público em uma tensão enorme, disfarçada sob a capa da resignação pelos fatos consumados. Julgam-se impunes, porque esquecem de que um braço, uma vontade, um amor sincero da pátria pode fazer mais num momento do que uma revolta, sem união de vistas, em anos (ECHO DO SUL, 11/01/1899).

Nesta crônica, que se pretendia introdutória à temática que viria a ser abordada nas subseqüentes, Dourado evoca aos brios de um povo que se mantinha neutro em momentos político-sociais considerados críticos, como aqueles em que escrevia. Mesmo muito provavelmente sabendo que o leitor do *Echo do*

Sul era, potencialmente, simpatizante dos ideais professados pelo diário rio-grandino, a pura identificação com estes valores não era suficiente para agir em direção à mudança pretendida. Mais do que simpatizar, ou pior, manter-se neutro ou em inércia, era necessário ao leitor engajar-se nos assuntos da jovem república, enfrentando de maneira mais ativa a situação que se apresentava, representado pelo castilhismo-borgismo. Neste trecho, também, apresenta sua crítica àquela república que se instalara em 1889 e os políticos que estariam mais preocupados com a sustentação de seus “quatriênios ou lustros” de governo, do que com os interesses do seu povo.

Na segunda crônica, dá continuidade à introdução do tema, destacando algo recorrente em seus escritos: a equiparação do seu ofício de médico com a situação política do Brasil - sendo este o doente - e a revolução, sua única possibilidade de cura:

[...] Será uma exposição longa, fastidiosa, sem atrativos. É um defeito meu – defeito de médico que habituou-se a ouvir a narrativa de longas enfermidades, a ver as chagas mais asquerosas, sem repugnância. O Brasil é hoje um enfermo nestas condições; os homens honestos serão seu médico; eu não serei mais do que o expositor de seus males. Portanto serei lido, e lido com atenção e sem repugnância, tão somente pelos homens honestos do meu país.

[...]

Triste da nação cujo exército ou armada não é composto de homens tirados do seio do povo, e portanto sentindo as mesmas dores nas desgraças, e as mesmas alegrias nos dias propícios que alegam ao povo, ou o oprimem. Felizmente, sim, porque a nação que não tem um exército de homens amantes da pátria a que defende, é uma nação que caminha para o seu aniquilamento (ECHO DO SUL, 12/01/1899).

Neste trecho, além da comparação citada, que possibilita-o atuar em ambas as frentes, uma vez que prescreve, por assim dizer, receitas para a cura doente enquanto médico, também corteja um dos elementos-chave na Guerra do Paraguai, as forças armadas brasileiras, composta pela Armada e o Exército, vinculando-as ao povo cujos interesses e sofrimentos seriam os mesmos.

Na crônica intitulada *Alerta IV*, a Guerra do Paraguai aparece pela primeira vez de forma explícita, e os contornos do juízo de valor e da abordagem pretendida já se mostram mais visíveis. Em seu discurso, acusa Lopez de planos de natureza imperialista na região:

Lopez sonhou um dia no Paraguai reunir sob a coroa que já sonhava, desde que viu os faustos de Napoleão III, todos os estados que pertenceram à Espanha na América do Sul. Era o sonho grandioso de Bolívar; mas sonho onde o bem dos povos desaparecia para deixar em relevo somente a sua pessoa, o seu interesse, sua ambição, seu orgulho a escravização de milhões de homens. Para isso, porém, era preciso aproveitar-se do descuido em que se achava o Brasil, e abatê-lo. Era o único obstáculo para a criação do império espanhol americano para a dinastia Lopez, o colosso do Cruzeiro.

Desfeitos nos cálculos, ele mostrou os dentes de chacal. Seus melhores amigos, seus parentes eram condenados ao chicote e ao cepo de Uruguaiana, por simples suspeitas; e nesse suplício, mulheres e velhos, vergastados pela soldadesca deviam denunciar cúmplices a quem ele queria que fossem denunciados para mandar matar – suas próprias irmãs, sua mãe sofreram o aviltamento. Os homens que se opunham moralmente a isto “eram seus inimigos” e sujeitos às mesmas penas. Era depois de seus almoços opíparos, de suas libações, quando todos já morriam de fome, que ele mais delações exigia, e mais vítimas entregava aos algozes.

Lopez, não podendo fugir, morreu como valente; mas os que, em outros povos, têm, não seus planos gigantescos, mas apenas o desejo de verem o luto no povo que o sustenta, vivem confortavelmente nos seus palácios, enquanto o povo se esfrega na miséria e nas apreensões sobre esse nebuloso amanhã que já se anuncia.

Sim! **Quem tem um exemplo, e não se aproveita dele para afastar os males, ao contrário, provoca-os, tem a alma de Lopez, sem ter a sua coragem de marchar para o combate à frente de suas hostes.** Recordemos os fatos que se têm dado no Brasil e veremos que só um propósito firme de alterar essa aparente tranquilidade poderia provocar os que se estão dando (ECHO DO SUL, 14/01/1899) [grifo nosso].

Este trecho é sintomático e ilustrativo de seus diversos propósitos, ao caracterizar o líder paraguaio como alguém obstinado pelo poder e pela conquista, que transforma até mesmo seus próximos em inimigos, caso julgue qualquer tipo de oposição ou resistência, ou ao menos “por simples suspeitas”. Além disso, estabelece a primeira relação direta com a sua situação do presente, fazendo alusão aos seus congêneres que não dispunham de planos de igual dimensão (a conquista territorial, neste caso), mas “o desejo de verem o luto no povo que o sustenta”, não teriam a mesma coragem de Lopez, que “morreu como valente” ao não poder fugir, mas ao contrário, aqueles prefeririam refugiar-se em seus “palácios”. No trecho destacado, a ambiguidade de destinatários é percebida, mas a intenção é a mesma: a história serve de lição tanto para o povo que deveria aprender com o passado (e em especial aqui, os eventos da Guerra do Paraguai), mas também os governantes que, tendo atitudes semelhantes às de Lopez (a “alma de Lopez”, como configurada), ao mesmo tempo desqualificados por ter seu pior, ou seja, a sanha tirânica, sem o seu melhor, ou seja, a coragem de “marchar para o combate à frente de suas hostes”. Esta distinção entre lideranças que estavam no *front* e as que estavam encasteladas em seus palácios tem seu paralelo nos próprios eventos da Revolução Federalista, onde os líderes das oposições estavam, em sua maioria, no campo de batalha (os irmãos Tavares, Joca e João Nunes; os irmãos Saraiva, Gumercindo e Aparício; e o general Salgado, além, é claro, do próprio Ângelo Dourado), enquanto os líderes castilhistas faziam a guerra de seus gabinetes.

O trecho a seguir trata das visões acerca do conflito sul-americano, onde Dourado justapõe as diferentes abordagens usuais na época, em denúncia à posição dos castilhistas (os quais, apesar de não serem acusados explicitamente, em uma leitura atenta percebe-se o destino do discurso ao serem citados logo abaixo), que assim a caracterizava como “desnecessária” por terem práticas semelhantes e pontos de aproximação:

Para muitos que, na advocacia de causas que lhes promete lucros enormes, e que só pelo prisma do interesse veem os objetos, e por isso não importam que as coisas mais dignas da pátria sejam transformadas em crime, a guerra com o Paraguai foi um ato desnecessário, foi um capricho, foi uma vingança pessoal por ter Lopez querido casar-se com a filha de D. Pedro.

Mesmo depois do que se viu, do que se soube, a respeito daquele moderno Calígula, o espírito de oposição levava a ponto de ter-se desejos de um tirano por senhor, que seria o plantador da tirania eterna na América do Sul até a extinção das raças que a povoam.

Não nos admira isto, porque hoje ainda há quem deseje o Sr. Castilhos para seguir a política do Marechal; ou antes, rever Lopez no Brasil. Para a seita positivista, que aconselha o assassinato ou o justifica, essa guerra foi um crime, e por isso devia-se entregar ao Paraguai os troféus ganhos aos paraguaios. Lopez sonhava com uma coroa, chegou a pedir os moldes dessa joia na Europa, que foi depois encontrado nas alfândegas de Buenos Aires (ECHO DO SUL, 20/01/1899).

Ao acusar o inimigo de querer “entregar ao Paraguai os troféus ganhos”, o autor advogava a teoria de que, não só os positivistas alinhados ao castilhismo consideravam a guerra um ato equivocado, como de que estes seriam anti-patriotas, entreguistas, uma vez que defendiam aquela entrega, e isto não parecia possível ou sequer admissível para Dourado, que apelou durante a maioria das suas crônicas justamente aos brios patrióticos de defesa da soberania e da afirmação brasileiras. A partir desta abordagem, os castilhistas seriam duplamente traidores de seu povo: pelas práticas adotadas internamente em seus governos e, também, externamente nas posições em relação à Guerra do Paraguai.

O trecho selecionado a seguir faz nova associação de Lopez com Castilhos

Não fora a providência que colocou à frente desses homens que não temiam a morte, a Lopez, **o protótipo da ambição, da vaidade, da injustiça, que matava os seus generais, no receio de que se distinguindo-lhe roubariam as glórias e talvez o poder**, e depois dizimava o exército por não lhe ter dado a vitória por toda a parte, quem poderia vencer na América aquele exército paraguaio, se triunfante tivesse a sua frente

um homem de gênio, um homem justo, um homem que não sacrificasse a vida e a tranquilidade dos outros pelo seu interesse pessoal? O que seria do Brasil, apesar da bravura tantas vezes provada de seus filhos se aquele homem não fosse um monstro e quisesse para dar nome ao seu povo fazer abater a hegemonia brasileira, e que tinha generais e soldados como Dias, para quem o perigo e as dificuldades não existiam! Se não fosse a Providência, **que desviou a mente do Sr. Julio de Castilhos para só pensar na sua pessoa e grandeza futura**, e por isso apesar de ter sob o seu comando imediato o general Galvão, o exército brasileiro e às suas ordens o tesouro nacional, o que seria daquele punhado de lutadores, restos das falanges de Gumercindo Saraiva, onde escrevi o meu diploma de cidadão brasileiro, cercados por toda a parte, a revoltear como a presa que procura uma saída, onde se acha encerrada?

O que seria de nós se o Sr. Julio de Castilhos não meditasse desde então negar tudo ao exército, colocando por toda a parte os oficiais do exército às ordens dos seus generais, para no fim poder dizer que só os seus patriotas lutaram como há pouco se declarou no Congresso? Que seria de nós se os corpos do exército fossem os encarregados exclusivamente de nos perseguir ou nos impor as marchas?

É preciso crer-se na Providência, e quem crê sabe esperar. No desânimo mesmo há uma dúvida, a dúvida é um sinal de esperança. Esperemos (ECHO DO SUL, 24/01/1899) [grifo nosso].

As características de egoísmo e sistemática perseguição do ditador paraguaio àqueles que eventualmente fariam-lhe sombra, disputando glória e prestígio ou mesmo, de maneira incipiente, pudessem “roubar o poder” ou a evidência protagonística de que dispunha, são claros indícios de associação à Castilhos, ao qual também era acusado de práticas semelhantes na condução da política no Rio Grande do Sul e que, igualmente, não admitia qualquer ascensão de personalismos além de seu próprio como líder do seu estado. Além disso, este trecho também é sintomático quanto à tentativa de dissociação do exército instituição aos atos do castilhismo, tendo aquele sido “usado” aos caprichos de alguns generais a serviço do ditador sulino.

[...] A guerra do Paraguai, dizia Agassiz, não tem caráter egoísta; e o povo brasileiro deve ser considerado o “Estandarte da civilização na América do Sul”. “Nesta luta, dizia o sábio estrangeiro, o Brasil merece a simpatia do mundo civilizado; o que ele ataca é a organização tirânica, semiclerical e semi-militar, que tomando o título de República desonra o belo nome que usurpa”.

[...]

Entretanto o Brasil império ia, com sacrifício, libertar o Paraguai, no Rio Grande, estabelece-se o positivismo como lei e religião, não em mãos puras como delirou Comte, mas em mãos manchadas em todos os crimes, e o Brasil vem em auxílio da tirania, sacrifica o erário público, arrasta a nação à desonra, à miséria; busca desmoralizar o exército, o fator da república sujeitando-se ao generalato do Dr. Julio de Castilhos (ECHO DO SUL, 25/01/1899).

A ironia da situação, ilustrativamente abordada pelo autor, é que o “povo brasileiro”, responsável por “atacar a organização tirânica” personificada em Lopez, e que teria libertado o povo paraguaio desse ditador, é o mesmo que teria aceitado a imposição de iguais pendores representada pelo positivismo de Comte liderado por Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul, de iguais matizes tirânicas segundo Dourado, às custas do erário público que patrocinava tais atrocidades e manchava a república e o próprio exército, em mais uma tentativa de dissociação da entidade aos planos e ações do castilhismo.

As lições que o país deveria tirar da Guerra do Paraguai e que seriam aplicáveis à situação política do Brasil daquele fim de século, aparecem de forma sistemática em seus escritos, voltando o autor sempre que possível na associação dos equívocos do passado e fazendo jus ao teor de “alerta” que intitulava cada crônica. Assim, argumentava Dourado que:

[...] A guerra com o Paraguai, [...] trouxe para o Brasil a maior lição que é possível ter os povos de boa fé que se adormecem na imprevidência, confiante no patriotismo, número, e bravura; mas esquecidos de que num momento o inimigo astuto, pode marchar para manietar-lhe os braços enquanto publicamente lhe dão as maiores provas de afeto, de

apreço e fraternidade.

[...]

O Brasil vingaria a afronta, porque então o Brasil era uma nação e não um bando de feitorias onde cada feitor só busca num castilhismo sem alma o aniquilamento do brio e da riqueza pública para dominar, relevese as exceções; mas quanto nos custaria organizar essa desforra se o inimigo se apoderava do nosso centro motor?

A história narra esse fato em referência a nós, e está cheia de fatos similares; mas o governo da república brasileira, ou seus governos, só pensam em vencer as dificuldades de seu mandato, embora para isso sacrifique o futuro da pátria, e o povo bestializado aplaude hoje o que amanhã nos há de fazer chorar lágrimas de sangue por não termos tido coragem de no momento em que se nos preparam esse futuro de desgraças de que os fatos atuais são premissas, visando a pátria; e esquecidos dos males momentâneos, para nos opormos como uma única vontade a esse mundo de desgraças que homens sem coração derramaram e derramam no caminho por onde hão de trilhar seus próprios filhos. A guerra com o Paraguai ensinou ao Brasil a não adormecer na confiança do valor de seus filhos, e na pequenez relativa de seus vizinhos. Por pequeno que seja um povo, seu orgulho, a ambição o engrandece (ECHO DO SUL, 26/01/1989).

De maneira implícita, evoca ao Brasil que lutou contra o inimigo, a tirania paraguaia, ou antes, de seu líder, a fazer o mesmo em suas próprias terras, com outro inimigo mas que seria tão – ou mais – nefasto quanto, o castilhismo tirânico do Rio Grande do Sul, por isso os vários “ensinamentos” e “lições” destacados no trecho, sempre de forma a enfatizar e “alertar” os leitores das situações semelhantes entre o passado da Guerra do Paraguai, e o presente da Revolução Federalista que ainda ecoava naqueles tempos de divisões políticas, tempos, aliás, que eram tratados como desanimadores pelo autor, como podemos perceber no trecho destacado a seguir:

[...] Entretanto, que hoje... Não falemos de hoje. Este hoje do Brasil é a inundação do lodo, onde só as hidras medram, onde só as minhocas

proliferam. Não há dia em que não se leia notícia de um roubo no correio, nas alfândegas, nas estradas de ferro, nas tesourarias, fala-se disso apenas para Gaudio da reportagem, e depois tudo volta ao silêncio com o mesmo indiferentismo.

[...]

Quando a injustiça da lei é sementância de refúgio, a providência torna-se vingadora. Os criminosos serão punidos, e o Brasil voltará a ser Brasil, depois de justificar aos que o arrastaram à desonra e à ruína. É questão de tempo, e talvez bem curto (ECHO DO SUL, 28/01/1899).

Ao indicar sua contrariedade em falar do seu presente, na verdade enfatiza ainda mais suas críticas à situação, com destaques às notícias de corrupção que povoariam a imprensa, mas que encontravam uma massa leitora indiferente, também em outro tópico já abordado em sua primeira crônica, sobre o povo omissos e alheios aos destinos da sua vida social e política. Entre desencanto e esperança, era na “providência” (talvez com certa ajuda de suas crônicas) que pretendia acordar o povo “bestializado” para, finalmente, tomar as rédeas de seu próprio destino e engajando-se na revolução pretendida, alterar aquele atual estado de coisas e desalojar o castilhismo do poder.

Revolução, aliás, que seria uma continuação natural daquela já levantada pelos próprios federalistas e lembrada a esta altura de suas crônicas:

[...] Os representantes da grande maioria do povo rio-grandense, os **Voluntários do Martírio**; esse punhado de maragatos, depuseram as armas, aceitando a paz que o governo da União lhes propunha, não por medo, não por cansaço.

Homens que do Rio Grande chegaram até a fronteira de São Paulo, e de lá voltaram, e depois de escaparem da morte como presa de caça, que se escapa dos gozos da matilha, voltaram ao campo da luta, como voltamos, não conheceu o receio de morrer este batalhão, apenas o dever de lutar.

Apenas o passado não foi aproveitado como lição. Já havíamos, para fugir da guerra civil, deposto armas, nas mãos de um batalhão do

exército nacional, esse batalhão e seu chefe obedeceram a ordem do Sr. Julio de Castilhos de lutar contra os que se tinham confiado neles (ECHO DO SUL, 05/02/1899) [grifo nosso].

Destaque-se que, na argumentação do autor, “um punhado de maragatos” representava “a grande maioria do povo rio-grandense” (assim como o exército brasileiro que lutara na Guerra do Paraguai representaria a maioria do povo brasileiro), ou seja, uns poucos abnegados lutando pelo bem maior de seus povos.

Finalmente, chamamos atenção para a utilização do termo “Voluntários do Martírio”, que serve tanto de designação dos combatentes da Revolução Federalista, como também foi o título de seu livro mais famoso, em uma clara alusão aos “Voluntários da Pátria” que lutaram na Guerra do Paraguai. Trata-se de mais do que uma associação, mas de uma apropriação simbólica do ideário deste conflito equiparando-a à mensagem federalista, como sendo iguais e indissociáveis em objetivos e pretensa heroicidade. Dourado utiliza deste discurso para comparar os inimigos políticos e identificá-los com os propósitos, estratégias e ações do líder paraguaio, e assim usa e abusa, ao longo de suas crônicas, da evocação à memória da guerra como explanação e fundamento discursivo de seus próprios intentos enquanto escritor engajado com os rumos políticos de seu tempo.

Em suma, podemos delimitar que a Guerra do Paraguai, ou antes, as construções acerca desta, teve sua memória disputada e utilizada pelo jogo de poder estabelecido na trincheira discursiva do final do século XIX, onde o que estava em foco era a tentativa da conquista ou adesão de parte da opinião pública para o projeto político em questão, no caso, dos federalistas que se opunham ao castilhismo-borgismo. A guerra teria uma função, de certa forma, didática, ao servir de lição para aquele presente, e com vistas ao futuro da nação, em utilização tipicamente romântica da palavra, principalmente ao ancorar-se no passado heroico, idealizado e educador da contemporaneidade. Além disso, a tirania de Castilhos era frequentemente equiparada à tirania de Lopez, sendo aquele ainda pior do que este, pois faltavam-lhe brios e coragem para estar na linha de frente dos combates.

Ao contrário da Guerra do Paraguai que chegara ao seu fim com a derrota total dos inimigos, a Revolução Federalista ainda estava viva, apesar de seu fim oficial também já ter acontecido quando Dourado escrevia suas crônicas. De fato, com o fim da luta armada através do armistício de 1895, a luta federalista se prolongaria, metamorfoseada, mas ainda atuante em distintas frentes, tão importantes quanto à guerra em campo propriamente dita. Uma destas frentes de disputa em combates ideológicos por meio das palavras, ou seja, panfletária e literária, era ocupada justamente por Ângelo Dourado, que usava das armas que dispunha naquele momento – suas crônicas no *Echo do Sul* – como única forma possível e disponível de resistência e enfrentamento, de forma a viabilizar uma nova insurreição, ou, ao menos, de manter acesa a chama da revolução que, afinal, iria mostrar novamente sua face, com características próprias e anteriores, somente em 1923.

Fontes consultadas

ECHO DO SUL, 11/01/1899

ECHO DO SUL, 12/01/1899

ECHO DO SUL, 14/01/1899

ECHO DO SUL, 20/01/1899

ECHO DO SUL, 24/01/1899

ECHO DO SUL, 25/01/1899

ECHO DO SUL, 26/01/1899

ECHO DO SUL, 28/01/1899

ECHO DO SUL, 05/02/1899

Referências bibliográficas

ALVES, F. N. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002.

BAUMGARTEN, C. A. *A crítica literária no Rio Grande do Sul: do romantismo ao modernismo*. Porto Alegre: IEL / EDPUCRS, 1997.

_____. O Regionalismo na historiografia e crítica literária sul-rio-grandense. In ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da FURG, 1993.

BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. 43ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

MOREIRA, M. E. Regionalismo e literatura no Rio Grande do Sul. In ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da FURG, 1993.

OLIVEIRA, M. F. de. *Quando a memória vira História: Ângelo Dourado e a historiografia sul-rio-grandense*. Rio Grande: Pluscom, 2009.